

# Órgão Oficial



## Município de Atílio Vivacqua

Administração 2021-2024

Atílio Vivacqua/ES | Quinta-Feira, 3 de Março de 2022 | Edição Nº 488 | Ano 8

### PODER EXECUTIVO MUNICIPAL - EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA -

CRIADO PELA LEI Nº 1093/2015 DE 30 DE ABRIL DE 2015

#### ATOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

#### LEIS

#### LEI Nº 1.305/2022, DE 03 DE MARÇO DE 2022.

#### INSTITUI O PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE ATÍLIO VIVACQUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ATÍLIO VIVACQUA**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Atílio Vivacqua, **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º.** Fica instituído o Programa de Regularização Fundiária no Município de Atílio Vivacqua, com o propósito de disciplinar, normatizar e organizar o conjunto de ações e iniciativas voltadas à adequação dos assentamentos irregulares preexistentes às conformações legais e à titulação de seus ocupantes, tendo por base as diretrizes e objetivos previstos nesta Lei.

**Art. 2º.** Além das diretrizes gerais de política urbana e habitacional previstas pelo Estatuto das Cidades, a regularização fundiária deve se pautar pelas seguintes diretrizes:

I - Prioridade para a permanência da população na área em que se encontra, assegurado o nível adequado de habitabilidade e a melhoria das condições de sustentabilidade urbanística, social e ambiental da área ocupada;

II - Articulação com as políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental e mobilidade urbana, nos diferentes níveis de governo;

III - Controle, fiscalização e coibição, visando evitar novas ocupações ilegais na área objeto de regularização;

IV - Articulação com iniciativas públicas e privadas voltadas à integração social e à geração de trabalho e renda;

V - Estímulo à resolução extrajudicial de conflitos.

**Art. 3º.** As ocupações irregulares do solo para fins urbanos, existentes no Município de Atílio Vivacqua poderão ser objeto de regularização fundiária de interesse social ou específico, desde que obedecidos os critérios fixados nesta Lei e na legislação estadual e federal, notadamente a Lei federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017 e seu decreto regulamentador.

**§ 1º.** Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I - Regularização fundiária: o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, promovidas pelo Poder Público por razões de interesse social ou de interesse específico, que visem adequar assentamentos irregulares preexistentes às conformações legais e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado;

II - Regularização fundiária de interesse social (REUB-S): regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal;

III - Regularização fundiária de interesse específico (REURB-E): regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na hipótese de que trata o inciso II deste artigo.

IV - Ocupação irregular: aquele decorrente de assentamento informal ou de loteamento ou desmembramento não aprovado pelo poder público municipal, ou implantado em desacordo com licença municipal, ou não registrado no Registro de Imóveis;

V - Projeto de regularização fundiária: procedimento administrativo de regularização fundiária que deverá considerar as características da ocupação e da área ocupada para definir parâmetros urbanísticos e ambientais específicos, além de identificar os lotes, as vias de circulação e as áreas destinadas a uso público, quando for o caso, devendo dele constar, no mínimo, o que disposto no Art. 35 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

VI - Considera-se, ainda, para efeito desta Lei, o disposto no Art. 11 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

**§ 2º.** A constatação da existência do assentamento informal ou do parcelamento do solo irregular se fará mediante identificação da área em levantamento aerofotogramétrico ou por meio de provas documentais que comprovem de forma cabal e irrefutável, a critério da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, sendo que a regularização promovida mediante legitimação fundiária somente poderá ser aplicada para os núcleos urbanos informais comprovadamente existentes, na forma desta Lei, até 22 de dezembro de 2016.

**Art. 4º.** Poderá ser objeto de regularização fundiária sustentável, nos termos desta Lei, inclusive parte de terreno contido em área ou imóvel maior.

**Parágrafo único.** Para a aprovação de empreendimento de parcelamento do solo futuro na área remanescente, aplicam-se os requisitos urbanísticos e ambientais fixados na Lei que dispõe sobre o zoneamento, o uso e ocupação do solo urbano.

## **CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS**

### **Seção I Da Regularização Fundiária de Interesse Social**

**Art. 5º.** A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos será responsável pela análise e aprovação de Projetos de Regularização Fundiária de Interesse Social.

**Art. 6º.** Observadas às normas previstas nesta Lei, naquela que dispõe sobre o zoneamento, o uso e ocupação do solo urbano e demais normas municipais pertinentes, o projeto de regularização fundiária de interesse social pode definir parâmetros urbanísticos e ambientais específicos, inclusive no tocante às faixas de Área de Preservação Permanente (APP) que deverão ser respeitadas.

**Art. 7º.** Na regularização fundiária de interesse social cabe ao Poder Executivo Municipal, quando empreendedor, ou a seus concessionários ou permissionários, a implantação:

I - Do sistema viário;

II - Da infraestrutura básica;

III - Dos equipamentos comunitários e áreas verdes, se definidos no projeto de regularização;

IV - A provisão habitacional em casos de remoção; e

V - A recuperação ambiental das áreas objeto de remoção.

**Art. 8º.** O poder público responsável pela regularização fundiária de interesse social poderá lavrar auto de demarcação urbanística, com base no levantamento da situação da área a ser regularizada e na caracterização da ocupação, de acordo com o que estabelece a Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

### **Seção II Da Regularização Fundiária de Interesse Específico**

**Art. 9º.** A regularização fundiária de interesse específico depende da análise e da aprovação do projeto de que trata o art. 3º, § 1º, inciso V, desta Lei, pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

**Art. 10.** A REURB-E será contratada e custeada por seus potenciais beneficiários ou requerentes privados e, no caso de incidir sobre áreas públicas, se houver interesse público, o município poderá proceder à elaboração e ao custeio do projeto de regularização fundiária e da implantação da infraestrutura essencial, com posterior cobrança aos seus beneficiários.

## **CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO**

**Art. 11.** Além do Poder Executivo Municipal podem requerer a regularização fundiária urbana os legitimados constantes do Art. 14 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, adotando-se o procedimento administrativo e os instrumentos previstos na respectiva Lei Federal.

**Art. 12.** O projeto de regularização fundiária deverá conter, no mínimo, o disposto na Seção II do Capítulo III da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

**Art. 13.** A regularização de ocupações irregulares não implica no reconhecimento e responsabilização do Poder Público Municipal das obrigações assumidas pelo parcelador junto aos adquirentes das unidades imobiliárias.

## **CAPÍTULO IV DO REGISTRO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

**Art. 14.** O registro da CRF e do projeto de regularização fundiária aprovado será requerido diretamente ao oficial do cartório de registro de imóveis da situação do imóvel e será efetivado independentemente de determinação judicial ou do Ministério Público.

**Parágrafo único.** Em caso de recusa do registro, o oficial do cartório de registro de imóveis expedirá nota devolutiva fundamentada, na qual indicará os motivos da recusa e formulará exigências nos termos desta Lei.

**Art. 15.** Recebida a CRF, cumprirá ao oficial do cartório de registro de imóveis prenotá-la, autuá-la, instaurar o procedimento registral e, no prazo de quinze dias, emitir a respectiva nota de exigência ou praticar os atos tendentes ao registro; observando-se o disposto nos §§ 1º ao 7º do art. 44 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017.

**Art. 16.** Quando se tratar de imóvel sujeito a regime de condomínio geral a ser dividido em lotes com indicação, na matrícula, da área deferida a cada condômino, o Município poderá indicar, de forma individual ou coletiva, as unidades imobiliárias correspondentes às frações ideais registradas, sob sua exclusiva responsabilidade, para a especialização das áreas registradas em comum.

**Parágrafo único.** Na hipótese de a informação prevista no *caput* deste artigo não constar do projeto de regularização fundiária aprovado pelo Município, as novas matrículas das unidades imobiliárias serão abertas mediante requerimento de especialização formulado pelos legitimados de que trata esta Lei, dispensada a outorga de escritura pública para indicação da quadra e do lote.

**Art. 17.** Para atendimento ao princípio da especialidade, o oficial do cartório de registro de imóveis adotará o memorial descritivo da gleba apresentado com o projeto de regularização fundiária e deverá averbá-lo na matrícula existente, anteriormente ao registro do projeto, independentemente de provocação, retificação, notificação, unificação ou apuração de disponibilidade ou remanescente; observando-se o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 46 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017.

**Art. 18.** Os padrões dos memoriais descritivos, das plantas e das demais representações gráficas, inclusive as escalas adotadas e outros detalhes técnicos, seguirão as diretrizes estabelecidas pela autoridade municipal competente, as quais serão consideradas atendidas com a emissão da CRF.



**Parágrafo único.** Não serão exigidos reconhecimentos de firma nos documentos que compõem a CRF ou o termo individual de legitimação fundiária quando apresentados pela União, Estado, Município ou entes da Administração Indireta.

**Art. 19.** O registro da CRF produzirá efeito de instituição e especificação de condomínio, quando for o caso, regido pelas disposições legais específicas, hipótese em que fica facultada aos condôminos a aprovação de convenção condominial.

**Art. 20.** Qualificada a CRF e não havendo exigências nem impedimentos, o oficial do cartório de registro de imóveis efetuará o seu registro na matrícula dos imóveis cujas áreas tenham sido atingidas, total ou parcialmente.

**Parágrafo único.** Não identificadas as transcrições ou as matrículas da área regularizada, o oficial do cartório de registro abrirá matrícula com a descrição do perímetro do núcleo urbano informal que constar da CRF e nela efetuará o registro.

**Art. 21.** Registrada a CRF, será aberta matrícula para cada uma das unidades imobiliárias regularizadas.

**Parágrafo único.** Para os atuais ocupantes das unidades imobiliárias objeto da Reurb, os compromissos de compra e venda, as cessões e as promessas de cessão valerão como título hábil para a aquisição da propriedade, quando acompanhados da prova de quitação das obrigações do adquirente, e serão registrados nas matrículas das unidades imobiliárias correspondentes, resultantes da regularização fundiária.

**Art. 22.** Com o registro da CRF, serão incorporados automaticamente ao patrimônio público as vias públicas, as áreas destinadas ao uso comum do povo, os prédios públicos e os equipamentos urbanos, na forma indicada no projeto de regularização fundiária aprovado.

**Parágrafo único.** A requerimento do Município, o oficial de registro de imóveis abrirá matrícula para as áreas que tenham ingressado no domínio público.

**Art. 23.** As unidades desocupadas e não comercializadas alcançadas pela REURB terão as suas matrículas abertas em nome do titular originário do domínio da área.

**Parágrafo único.** As unidades não edificadas que tenham sido comercializadas a qualquer título terão suas matrículas abertas em nome do adquirente, conforme procedimento previsto nos art. 84 e 99 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017.

#### **CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 24.** O Poder Executivo Municipal garantirá os recursos humanos e administrativos necessários para o efetivo exercício da atividade fiscalizadora relativa ao parcelamento do solo.

**Art. 25.** Os procedimentos de análise e aprovação do projeto de regularização fundiária serão regulamentados mediante decreto.

**Art. 26.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Atílio Vivacqua/ES, 03 de março de 2022.

JOSEMAR MACHADO FERNANDES  
**Prefeito Municipal**

## **EXTRATOS**

### **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2021**

Pregão Presencial Nº. 001/2021  
Processo Originário Nº. 6662/2020  
Processo Aditivo Nº. 1133/2022

**Contratada:** SMARAPD INFORMÁTICA LTDA;

**Objeto:** PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 005/2021 QUE VERSA SOBRE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE USO DE UMA SOLUÇÃO INFORMATIZADA DE GESTÃO PÚBLICA, CONTEMPLANDO LICENÇAS DE USO, SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO PARA CAPACITAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO, COM REAJUSTE DE PREÇO.

**Do Valor:** R\$71.940,00 (setenta e um mil novecentos e quarenta reais);

**Do Prazo:** 04/03/2022 a 03/03/2023

Atílio Vivacqua/ES, 03 de Março de 2022.

**JOSEMAR MACHADO FERNANDES**  
Prefeito Municipal

### **TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/2020**

Pregão Presencial Nº. 002/2020  
Processo Originário Nº. 6437/2019  
Processo Aditivo Nº. 1133/2022

**Contratada:** SMARAPD INFORMÁTICA LTDA;

**Objeto:** PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 020/2020 QUE VERSA SOBRE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE USO DE UMA SOLUÇÃO INFORMATIZADA DE GESTÃO PÚBLICA, CONTEMPLANDO LICENÇAS DE USO, SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO PARA CAPACITAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO, COM REAJUSTE DE PREÇO.

**Do Valor:** R\$472.130,36 (quatrocentos e setenta e dois mil cento e trinta reais e trinta e seis centavos);

**Do Prazo:** 14/03/2022 a 13/03/2023

Atílio Vivacqua/ES, 03 de Março de 2022.

**JOSEMAR MACHADO FERNANDES**  
Prefeito Municipal

## **ATOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**

### **RESOLUÇÕES**

#### **RESOLUÇÃO Nº 003/2022.**

**Altera a Resolução 003/2018 e dá outras providências.**

**O Presidente da Câmara Municipal de Atílio Vivacqua - Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e, nos termos do art. 44 inciso V da Lei Orgânica Municipal, eu promulgo a seguinte Resolução:**

**Art. 1º- Fica alterado o art. 1º, incluído o parágrafo único no art. 2º e incluído o art. 2A na resolução nº. 03/2018 que vigorará com seguinte redação, incluindo:**



(...)

Art. 1º. Fica regulamentado e concedido aos servidores efetivos e comissionados do Poder Legislativo Municipal o auxílio transporte instituído pelo art. 86 da lei municipal 585/2002, nos termos desta resolução.

Art. 2º. O benefício do auxílio transporte para os efetivos compreende:

I- No pagamento integral, pelo Legislativo Municipal, das despesas de transporte do servidor que perceba, a título de vencimento, até 2 (duas) vezes o valor relativo ao menor padrão de vencimento existente na tabela estipulado no anexo II da lei Complementar nº. 871/2010, na carreira correspondente.

II- No pagamento parcial pelo Poder Legislativo das despesas com o transporte do servidor que exceda o limite disposto no item anterior.

Parágrafo Único – para aferir o valor do pagamento parcial a que dispõe o inciso II, será observada a seguinte fórmula: (valor do vale transporte) – 6%(vencimento do servidor) = VP (Valor Parcial).

(...)

Art. 2º A. O benefício do auxílio transporte para os comissionados compreende:

I- No pagamento integral, pelo Legislativo Municipal, das despesas de transporte do servidor que perceba, a título de vencimento, até 2 (duas) vezes o valor relativo ao menor vencimento existente na lei Complementar nº. 872/2010.

II- No pagamento parcial pelo Poder Legislativo das despesas com o transporte do servidor que exceda o limite disposto no item anterior.

Parágrafo Único – para aferir o valor do pagamento parcial a que dispõe o inciso II, será observada a seguinte fórmula: (valor do vale transporte) – 6%(vencimento do servidor comissionado) = VP (Valor Parcial).

(...)

**Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor no ato de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.**

**Atílio Vivacqua – ES, 24 de fevereiro de 2022.**

**Gilcimar da Rocha Silva**

Presidente da Mesa Diretora Câmara Municipal de Atílio Vivacqua

**AO PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ATÍLIO VIVACQUA – ES.**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Atílio Vivacqua, composta pelos vereadores que abaixo assinam, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **vem**, perante Vª. Exª., **apresentar** a presente proposição nos termos que segue neste procedimento com pedido de regime de urgência especial.

Desde já requer autuação pela secretaria desta Casa no devido número de ordem.

Nestes Termos

Aguarda Proseguimento do feito.

**Gilcimar da Rocha Silva**

Presidente da Mesa Diretora Câmara Municipal de Atílio Vivacqua

**Mario Sergio França Brito**

Vice- Presidente da Mesa Diretora Câmara Municipal de Atílio Vivacqua

**Roberto da Silva Mello**

Secretário da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Atílio Vivacqua

### **JUSTIFICATIVA**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Atílio Vivacqua que abaixo subscreve, vem, à elevada presença dos Ilustríssimos Senhores vereadores, apresentar o presente projeto de Resolução, que tem como pretensão alterar a Resolução nº. 003/2018 do Poder Legislativo Municipal para acrescentar os servidores comissionados no rol dos servidores que tem direito a receber auxílio transporte.

Pelos motivos acima expostos, a Mesa Diretora da Câmara propõe a presente matéria para a apreciação dos senhores vereadores, contando com o voto favorável de todos vereadores na proposição em tela em seu inteiro teor.

**Atílio Vivacqua – ES, 22 de fevereiro de 2022.**

**Gilcimar da Rocha Silva**

Presidente da Mesa Diretora Câmara Municipal de Atílio Vivacqua

**Mario Sergio França Brito**

Vice- Presidente da Mesa Diretora Câmara Municipal de Atílio Vivacqua

**Roberto da Silva Mello**

Secretário da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Atílio Vivacqua

-----  
**RESOLUÇÃO Nº 004/2022.**

**Altera o Regimento Interno da Câmara Municipal de Atílio Vivacqua-ES e dá outras providências.**

O Presidente da Câmara Municipal de Atílio Vivacqua - Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e, nos termos do art. 44 inciso V da Lei Orgânica Municipal, e promulga a seguinte Resolução:

**Art. 1º- Fica criado e acrescido no §3º do artigo 108 o inciso XIII, que vigorará com a seguinte redação:**

(...)

**Art. 108 (...)**

"§3. (...)

XIII – Voto de congratulações, moção, pesar e repúdio.

**Art. 2º- Fica revogado o inciso VII do §2º do artigo 108 do Regimento Interno da Câmara Municipal.**





**Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor no ato de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.**

**Atílio Vivacqua – ES, 24 de fevereiro de 2022.**

**Gilcimar da Rocha Silva**

*Presidente da Mesa Diretora Câmara Municipal de Atílio Vivacqua*

**RESOLUÇÃO Nº 005 /2022.**

**Concede a homenagem denominada "Títulos honorários de honra ao mérito ao Dia Internacional da Mulher" para 2022 e dá outras providências.**

**O Presidente da Câmara Municipal de Atílio Vivacqua - Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e o Presidente da Câmara, nos termos do art. 44 inciso V da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Resolução:**

Art. 1º- Fica concedida, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, a homenagem denominada **"TÍTULOS HONORÁRIOS DE HONRA AO MÉRITO AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER"**, para o ano de 2022 à Ilma. Sra. Cristiane Pereira Correia.

Art. 2º - A homenagem a que se refere a presente resolução, será concedida em Sessão Solene a ser realizada no mês de março de 2022 no Plenário da Câmara Municipal.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor no ato de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Atílio Vivacqua – ES, 24 de fevereiro de 2022.**

**Gilcimar da Rocha Silva**

*Presidente da Mesa Diretora Câmara Municipal de Atílio Vivacqua*



**MUNICÍPIO DE  
ATÍLIO VIVACQUA**

**JOSEMAR MACHADO FERNANDES**

Prefeito Municipal

**PEDRO OLIVEIRA SAMPAIO**

Vice-Prefeito Municipal

**SECRETÁRIOS MUNICIPAIS**

**ADRIANA VENTURY LEAL**

Controladoria Geral Municipal

**ENI SOUZA ARAUJO RODRIGUES**

Educação

**ERNADES ANTÔNIO BITENCOURT SANTOS**

Desenvolvimento Rural

**GESSILEA DA SILVA SOBREIRA**

Assistência Social

**HELIO HUMBERTO LIMA FILHO**

Obras e Serviços Urbanos

**JOELMA APARECIDA SILVA CONCEIÇÃO  
OLIVEIRA**

Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

**KAROLINE DUARTE VENTURI LIMA**

Administração e Finanças

**GRACELI ESTEVÃO SILVA**

Saúde

**MARCIO MENEGUSSI MENON**

Meio Ambiente

**PAULO CALDEIRA BUROCK JUNIOR**

Gabinete

**ÓRGÃO OFICIAL**

**FELIPE AMÉRICO BEZERRA**

Responsável

**MUNICÍPIO DE ATÍLIO VIVACQUA-ES**

Praça José Valentim Lopes, 02 - Centro

Atílio Vivacqua - Espírito Santo

CEP: 29.490-000

Telefone: (28) 3538-1109

E-mail: orgaooficial@pmav.es.gov.br

